ANTIGOS E NOVOS CAMINHOS EM HISTÓRIA LITERÁRIA

OLD AND NEW WAYS IN LITERARY HISTORY

Carlos Henrique Lucas Lima¹

chlucaslima@oi.com.br

Resumo: O presente artigo pretende apontar alguns impasses e sugerir possibilidades de superação dos mesmos no fazer historiográfico literário. Para tanto, comenta especialmente os apontamentos do professor português João Barrento (1986), que indica novos fazeres no campo da história da literatura, além de outros autores relevantes no campo dos estudos teóricos da história da literatura, os quais fomentariam o imbricamento entre literatura e história.

Palavras-chave: História da literatura. Século XX. João Barrento. Descentralização. Simultaneidade.

Abstract: This paper aims to give prominence to some impasses and to suggest possibilities which can overcome those in the production of literary historiography. For that reason, it comments particularly those remarks proposed by the Portuguese teacher João Barrento (1986), who indicates new ways of production in the literary historiography field – beyond another relevant authors from this same field -, which would promote the imbrication between literature and history.

Key words: History of literature. Century XX. João Barrento. Decentralization. Simultaneity.

A exemplo do crítico português João Barrento (1986)², inicio esta reflexão sobre a história literária a partir de duas afirmações de T. S. Elliot, contidas no clássico texto *Tradição e Talento Individual*. Eis as frases: “a arte nunca progride, mas (...) o material da arte nunca é o mesmo”, e ainda: “a diferença entre o presente e o passado é que o presente consciente corresponde a um entendimento do passado de uma forma e numa escala que a consciência que esse passado tem de si próprio não pode mostrar” (ELLIOT, 1989, p. 41). A primeira reflexão pode ser entendida como uma *negação* da noção de *evolução* em arte, como uma sua possibilidade de fruição (ou recuperação/atualização) no tempo presente sem, com isso, cair na ideia de anacronismo. A segunda reflexão de Elliot nos encaminha no sentido de pensar o passado como constante renovação, renovação essa operada pela consciência presente desse passado (ELLIOT, 1989, p. 41-42), permitindo, com isso, a destruição do postulado oitocentista da significação *única* e *eterna* da obra. Tais concepções de história

¹ Doutorando em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor substituto no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências – Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia (IHAC-UFBA).

perpassam os repertórios teóricos de Walter Benjamin, da Hermenêutica crítica, da Estética da Recepção e dos Efeitos Literários entre outros.

Barrento chama à cena também Nietzsche, a fim de atacar o historicismo “tirânico e desumano” oitocentista, calcado em uma suposta objetividade, “pretendendo [a] tudo abarcar sem distinções” (p. 11) – e aqui o professor português ataca também alguns projetos de escrita historiográficos contemporâneos que ainda preservam resquícios da totalidade hegeliana –; e segue afirmando, valendo-se também de Walter Benjamin, a relevância do passado não enquanto *adição* e *linearidade* – visão do historicismo do século XIX, mas sim como *construção*, enquanto descontinuidade, complexamente criado e experienciado pelo sujeito consciente a partir do presente:

História não é aqui progressão linear ingenuamente desproblematizada, mas visão crítica e consciente do nosso lugar no tempo. [...] O conhecimento do passado (...) articula-se (...) com o interesse de conhecimento que, no presente, marca a relação própria do sujeito ou, na formulação de Nietzsche, da “vida” com esse passado: “não pode haver conhecimento (do passado) senão à luz dos interesses (do presente).” (BARRENTO, 1986, p. 12).

Entretanto, tanto as nossas críticas quanto as de Barrento aí não se esgotam, mas antes se dirigem, também, àquelas propostas críticas cultoras de uma relação a-histórica com a literatura – ou textualistas. Essas abordagens, para Barrento e mesmo para Walter Benjamin, manejam coisas mortas e abstratas. Diz Barrento (p.11): “escrever história é dar às datas a sua fisionomia própria”. Portanto, tanto uma crítica a-histórica – e aqui penso principalmente nos distintos estruturalismos que povoaram o século XX – quanto uma que se vale de um pensamento histórico totalizante, “monumental” – notadamente o pensamento positivista e marxista³, não é útil para dotar o homem/mulher de um “sentido emancipatório” e de um olhar crítico consciente de seu lugar no tempo.

De uma posição privilegiada no século XIX, apesar das objeções de Nietzsche em *Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida*, de 1874, no sentido de uma posição beligerante em relação à “febre histórica”, o século XX nasce sob o signo do cisma entre literatura e história, entre teoria (ou “ciência”) literária e história literária. É nesse século que se processa a passagem, de um ponto de vista epistemológico, do histórico para o estrutural, da genealogia à fenomenologia (BARRENTO, 1986; SOUZA, 1987); no que tange à crítica

3 O marxismo, em sua feição inicial, pretende dar conta dos fenômenos políticos, econômicos, sociais etc. por meio de explicações totalizantes, estruturais. Posteriormente, sobretudo com o advento de propostas críticas conhecidas como “neo-marxistas” – em especial aquelas que circundam o trabalho da Escola de Birmingham –, abandonaram-se as grandes explanações em favor de uma visão histórica fragmentária, um deslocamento do macro para o micro, do econômico para o social.

literária, os formalismos (formalismo russo, estruturalismo tcheco) ativeram-se ao estudo da obra enquanto manifestação intemporal, e na literatura propriamente dita, os manifestos modernistas ditaram o tom a-histórico de suas criações artísticas.

Barrento nomeia a posição dos modernismos de “pose”, ao colocar sob questão a efetividade de seus programas supostamente a-históricos. Diz ele que “a literatura ela mesma”, em contraposição à crítica e aos programas e manifestos, “tem uma agudíssima consciência histórica, ao constantemente (e redundantemente) afirmar e mostrar, como num grande espetáculo, a(s) sua(s) ruptura(s) com o passado, a sua 'negação da história” (p. 13). Mário de Andrade, no Brasil, é claro exemplo dessa “consciência histórica”, ao buscar no passado material para composição do processo de renovação do então nascente modernismo paulista – o romance *Macunaíma*, de 1928, é mostra disso.

Assim, não tanto a literatura, mas, antes, a crítica é que, no século XX, perde o caráter histórico, uma vez que a literatura segue em suas relações com a história. O romance de 30 é disso símbolo:

Assim, ao realismo “científico” e “impessoal” do século XIX preferiram os nossos romancistas de 30 uma *visão crítica das relações sociais*. Esta poderá apresentar-se menos áspera e mais acomodada às tradições do meio em José Américo de Almeida, em Érico Veríssimo e em certo José Lins do Rego, mas daria à obra de Graciliano Ramos a grandeza severa de um testemunho e de um julgamento. (BOSI, 2006, p. 389).

Barrento, no entanto, em consonância com Octávio Paz, ressalva a questão da lírica, apontando seu cariz mais “instantâneo” e não revolucionário, cedendo ao romance o protagonismo no que diz respeito aos processos de renovação e mudança, sendo, ele mesmo, o “gênero histórico por excelência”. Essa percepção do lírico está ligada à sua associação com o mito, e talvez também à épica enquanto instância textual fundadora de um tempo primeiro desprovido de historicidade – um tempo fundador (FIORIN, 2006). Muito embora a tudo isso, entendo a literatura e o literário como locais e momentos de profunda consciência, não sendo a eles possível escapar ao processo de historicização a que toda ação humana está sujeita. Sobre isso, diz Marisa Lajolo (1994, p. 26), comentando o papel da história da literatura, que há a “necessidade de ‘historizar’ não apenas os objetos do conhecimento, mas também as categorias através das quais tal conhecimento se constrói”.

O século XX é marcado por uma doença crítica e analítica, em contraposição ao século XIX, aquele da “doença histórica”. Barrento mostra que o principal motivo reside no fato de que o século XIX já vinha carregado de ares de museu, de morbidez, nele mesmo

presentes profundas oposições ao protagonismo da história: “Freud perante Marx⁴, o neocantismo afrontando a tradição hegeliana, o bergsonismo ou a fenomenologia contra o positivismo, os simbolistas contra o academicismo historicista, Nietzsche, já antes, contra tudo e contra todos” (p. 14).

O outro motivo mapeado está na relação entre história e poder. A história, como instrumento de legitimação do pensamento dominante, foi recusada pelo século XX, não sem ressalvas, como no caso dos poetas fascistas Marinetti, Benn, Pound, Almada, Céline, mas, de modo geral, a “arte e a literatura levaram à prática a sua 'autonomia' (...), ignoraram provocatoriamente a história como instrumento de legitimação nacionalista ou investiram contra a tradição” (p. 15). O estudo do texto literário passa, então, pelas sendas da história literária tradicional – tendo esta como marca o olvidamento do texto, pelas mãos dos formalismos – correntes imanentistas pregadoras de uma “ciência” literária e, finalmente, retorna ao egoísmo catártico do “prazer do texto” – e aqui os reclames de Susan Sontag (1986) em *Contra a interpretação* são evidentes.

A grande cisão, portanto, entre literatura e história chega a seu ápice com os experimentalismos dos diversos movimentos de vanguarda moderna, os quais não mais se expressam em nenhum idioma historiográfico; é um “jejum” de relações histórico-sociológicas que se impõe ao estudo dos textos literários, relegando a história da literatura ao “mais contrastador descrédito” (p. 16). Entretanto, nem tudo é esquecimento da História na crítica e na teoria: reflexões em torno do leitor, e, portanto, sobre a capacidade de atualização operada por este na obra literária (SAN MARTÍN, 2005), e ainda a proposição de Antonio Candido de *sistema literário*, lançam possibilidades de superação dessa situação, e em possível diálogo com Nietzsche, a crítica (e a teoria) literária toma consciência da impossibilidade de percepção da literatura fora da globalidade do processo histórico.

Na subseção cujo nome é “O regresso de Clio?”, Barrento indaga sobre se a crítica vive (o tempo a partir do qual ele enuncia é 1986) no tempo em que a musa da História e da Criatividade – Clio – retornará, triunfante e galardoadora, distribuindo dons àqueles que a exaltarem, retorno esse, talvez, solução à aporia vivida pela história literária ao longo do século XX.

4 Vale dizer, no entanto, que é no século XX que a história perde, de modo quase unânime, seu protagonismo; o pensamento marxista vem a ser questionado pelo freudiano apenas no final do século XIX, conforme informa o professor Carlos Alexandre Baumgarten, na série de aulas ministradas ao PPG/Letras da Universidade Federal do Rio Grande.

Ele destaca três importantes orientações atuais no âmbito dos estudos literários no caminho de renovação da historiografia literária, os quais abono: (a) “a recuperação do nível de sentido *ideológico* (e portanto *social*) do texto”, e aqui sublinho os trabalhos de Terry Eagleton, este com *Marxismo e Crítica Literária*, e diria especialmente com *Teoria Literária: uma introdução* (1983); (b) a Estética da Recepção e dos Efeitos Literários; e, por fim, (c) os postulados da hermenêutica crítica, já presentes, para o que se refere à crítica literária, na obra de Walter Benjamin. Sobre a primeira das três orientações, destaco um excerto do já referido livro *Teoria Literária: uma introdução*:

[...] o que procurei mostrar ao longo do presente livro é que a *história da moderna teoria literária* é parte da *história política e ideológica* de nossa época. (...) a teoria literária está indissolúvelmente ligada às crenças políticas e aos valores ideológicos. Na verdade, a teoria literária é, em si mesma, menos um objetivo de investigação intelectual do que uma perspectiva na qual vemos a história de nossa época. Tal fato não deveria provocar surpresa, pois qualquer teoria relacionada com a significação, valor, linguagem, sentimento e experiência humanos, inevitavelmente envolverá crenças mais amplas e profundas sobre a natureza do ser e da sociedade humanos, problemas de poder e sexualidade, interpretações da história passada, versões do presente e esperanças para o futuro. (EAGLETON, 1983, p. 210, *grifo nosso*).

Nesse trecho, Eagleton sustenta a não dissociação entre os estudos literários e a história, uma vez que a obra, como artefato cultural que é, não pode ter sua significação social e ideológica apagadas. Eagleton se burla das tentativas críticas empenhadas em mascarar a ideologia, como o *new criticism* (nova crítica), por exemplo, que, no seu afã isolacionista do literário, erigiu histórias de uma literatura atemporal, sem o mínimo de fundamentação social⁵. Quanto à Estética da Recepção e dos Efeitos Literários, a despeito de algumas críticas direcionadas à “história dos generais”⁶, tal como o faziam os formalistas russos, pode-se dizer que trouxe um vento renovado no que tange ao interesse pela história, já que insere, em suas análises, noções como a *atualização* da obra por intermédio de sua recepção pelo *leitor*, este construindo permanentemente o sentido, sendo fundamental o papel de sua história pessoal quando do momento da leitura. É esse enfoque na *atualização* no instante da leitura que

5 Como prodigamente sabido entre nós, as proposições teóricas de Afrânio Coutinho (1986; 2008), pela tradição teórica dos estudos literários entendidas sob o viés da nova crítica, não é hermética como a “irmã” estadunidense (ou europeia). Seu critério, por exemplo, de literatura brasileira alicerça-se, sobretudo, no conceito de “obnubilização brasileira”, que, talvez não fosse necessário dizer, é antes social e histórico que estético.

6 A crítica à “história dos generais” concentra sua força nos momentos de ruptura formal, de quebra e desautomatização do código linguístico. Essa história, a dos “generais”, seria incompleta porquanto ignoraria outros momentos que não aqueles de renovação. A máxima que sintetiza tal crítica é a seguinte: “a literatura não se faz, apenas, de rupturas”.

reabilita o texto literário na história da literatura, retirando o mofo e as teias do tempo estático da historiografia tradicional.

Já ao cabo do texto de Barrento, o que importa são os “apoios metodológicos” dos quais se servem autores dos ensaios presentes no volume, alvo de análise do Autor, os quais são, fundamentalmente, os que seguem: “Uma forma não 'sociologista' da *sociologia literária* (...), método *materialista* desdogmatizado e não mecanicista (...) e alguns dos princípios das já citadas *estética da recepção e hermenêutica crítica*” (p. 24-25), esta vinculada, sobretudo, ao trabalho de Walter Benjamin, no sentido do estabelecimento de “métodos de abordagem do texto em que a componente relacional presente-passado, sujeito-objeto é determinante” (p. 23).

Mas, afinal de contas, questiona o professor português, “que significam, em termos de história concreta da literatura, essas 'novas' orientações metodológicas e os seus contributos específicos?” (p. 25), e responde com a proposição de três problemáticas necessariamente relacionadas à questão da história literária: (I) a de um conceito de literatura, (II) a de uma teoria da História e (III) a das hipóteses de articulação entre literatura e história, que, conforme o autor, é o mesmo que *historicização da literatura*.

Passemos, rapidamente, a essas três problemáticas.

1 Conceito de literatura

É impossível escapar ao estabelecimento de um cânone quando da escrita de uma história literária, sobretudo porque tal história significa uma tomada de posição, uma *seleção ativa* de autores e textos representativos para o projeto que ocupa o historiador. Dessa seleção surge, como se sabe, um *cânone*, mas a diferença é que tal cânone é edificado na base da “relativização de concepções (...) como criação genial e sublime”:

Superam-se, assim, princípios de canonização e critérios de valoração de base puramente estética e pretensamente universais e ‘eternos’, através duma nova perspectivação, em que a literatura surge como uma forma de atividade humana (social) e um trabalho sobre a linguagem, no qual, a partir de *suportes* (textos) de diversa natureza, e em *contextos comunicativos* também variados, diversamente se produz *significação*. (BARRENTO, 1986, p. 25, *grifo nosso*).

A literatura, vista desse ângulo, é o produto de uma atividade humana, e por isso *social*, e de um trabalho com a linguagem; a definição de literatura que embasa essas novas metodologias amplia e relativiza a ideia geral do literário, o que, obviamente, desemboca em significativas alterações nos cânones (a referência, evidentemente, é aos cânones nacionais); e

arriscaria mais: os chamados “suportes de diversa natureza” e “contextos comunicativos variados” referidos por Barrento escancaram a porta para o estudo do literário em outras estruturas que não o livro e a leitura silenciosa: textos de *blog*, filmes, desenhos animados, quadrinhos etc.

2 Teoria da história

Sobretudo a partir dos anos 1970, concepções da História anti-hegelianas têm surgido, solapando compreensões totalizantes e lineares da História. E também o método arqueológico do historiador francês Michel Foucault, com sua organização da história em campos epistemológicos – e que, apesar de seu brilhantismo, não ter conseguido estabelecer uma “história alternativa” (SAN MARTÍN, 2005, p. 125) –, auxilia no processo de derrubada, de uma vez por todas, do sentido de progresso e universalidade antes amplamente utilizados. A História, agora, é assim entendida:

(...) como um complexo *serial* de histórias diversas, articuladas, como quer Foucault, adentro de um mesmo campo epistemológico numa determinada fase, mas manifestando vários níveis de desenvolvimento, diversos graus de contemporaneidade ou anacronismo e também “movimentos” de sentido diverso (não apenas “para diante”). (BARRENTO, 1986, p. 27).

A teoria da história, portanto, que embasa essas novas metodologias do fazer historiográfico tende, também, a admitir o papel ativo e manipulador dos sujeitos que não mais “resgatam” o passado mas o “constroem”; não se fala mais em história factual – baseada em fatos – mas, antes, em tentativas de compreensão do passado por meio de instâncias subjetivas. Pode-se dizer que tal teoria se caracteriza, basicamente, pela descentralização e captação da *diversidade na simultaneidade*. Esse tipo de teoria insere-se no bojo da multiplicidade de propostas teóricas conhecidas como “pós-estruturalismo”, cujas principais características são estas: negação dos binarismos – prática tipicamente estruturalista, posta em evidência das margens em detrimento do centro – “descentralização”, ênfase na parcialidade e na fragmentação etc. (EAGLETON, 1983).

3 Literatura e História

Há, pelo menos, dois problemas comuns referentes à intersecção entre literatura e história. O primeiro está na ontologização determinada da literatura, que resulta na amputação da visão histórica, quer dizer, implica a sua des-historização; o segundo, na falsa fórmula

literatura e história. De fato, a literatura – enquanto trabalho diferenciado com a linguagem – é autônoma, mas de modo algum isolada dos fenômenos históricos do seu tempo. Perceber a literatura coadunada com a história permite pretender uma *função* para ela, visualizá-la no interior do processo histórico, quer dizer, verificar o modo como o *todo* de uma sociedade se apresenta em uma obra de arte.

Em um caminho parente dos postulados recepcionais, diz Theodor Adorno (apud BARRENTO, 1986, p. 30):

A tradição não se pode negar abstratamente, mas tem de ser criticada, de forma não ingênua e a partir da situação presente: deste modo *o presente dá forma ao passado*. Não se pode aceitar uma coisa acriticamente, só porque existe e em tempos foi importante, mas também nada se pode considerar 'liquidado' só pelo fato de ter desaparecido: *o tempo, só por si, não é o critério*". (grifo nosso).

A literatura, como realidade da linguagem, é, por esse motivo, dialética; por ser esta uma multiplicidade de “contraditórias possibilidades de significação”, sua redução acarreta, sempre, uma atitude não dialética por parte do historiador. É necessário rejeitar a brutalidade de uma história política e econômica, voltando-se, em franca correspondência com a Nova História, para uma de matiz cultural (AVANCINI, 1997, p. 41).

Referências

AVANCINI, Elsa Gonçalves Avancini. Da história nova à história prismática. In: **Revista Ciências e Letras**. Porto Alegre: FAPA, n. 18, 1997.

BARRENTO, João. O regresso de Clio – Situação e aporias da história literária. In: _____ (Org.). **História Literária-Problemas e Perspectivas**. Lisboa: Apaginastantas, 1986.

BAUMGARTEN, Carlos. *A escrita da história da literatura brasileira hoje: novos caminhos e estratégias*. Projeto de Pesquisa vinculado ao Programa de Pós Graduação em Letras – Mestrado História da Literatura – da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), 2009.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2006.

COUTINHO, Afrânio. **Conceito de literatura brasileira**. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. (org) **A literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio; Niterói: UFF, 1986, 3. ed. rev., 2. ed. 1971.

EAGLETON, Terry. **Teoria literária: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

ELLIOT, T.S. **Ensaio**. Tradução, introdução e notas de Ivan Junqueira. São Paulo: Art, 1989.

FIORIN, José Luiz de. **Introdução ao pensamento de Bahktin**. São Paulo: Ática, 2006.

SAN MARTÍN, Mario J. Valdés. História de las culturas literarias: alternativa a la historia literaria. In: **Teoría de la historia literaria**. Madrid: Arco/Libros, 2005.

SONTAG, Susan. **Contra a interpretação**. Porto Alegre: LP&M, 1986.